

Oficinas lúdicas: um dispositivo de cuidado na perinatalidade e na primeira infância¹

Carla Alessandra Barbosa Gonçalves Kozesinski

Patrícia Leekninh Paione Grinfeld

Roberta Sá Prado de Alencar

Silvia Paula Leite Bicudo

Introdução

O presente trabalho apresenta as oficinas lúdicas realizadas pela rede Ninguém Cresce Sozinho², e algumas reflexões acerca deste dispositivo, que têm se mostrado um instrumento de troca de saberes, fortalecimento da rede social de suporte, intervenção na relação pais-bebê e promoção de saúde na perinatalidade. Assim, apoiadas em questões sobre as quais temos nos debruçado, buscamos aqui articular nossa experiência prática na construção e coordenação deste dispositivo e os referenciais teóricos que nos têm orientado.

A estrutura das oficinas lúdicas

Coordenadas por pelo menos duas psicólogas, as oficinas lúdicas configuram-se como encontros pontuais desenhados a partir de um tema e atividades que visam a interação entre crianças e seus adultos de referência, predominantemente mães e pais. O encerramento das atividades é pontuado pela coordenação com base no tempo sinalizado pelas crianças (em torno de uma hora após seu início), quando estas começam a se dispersar ou apresentar sinais de cansaço. Na sequência é oferecido um pequeno lanche (que dura em média meia hora), momento em que também há troca de impressões, sensações e experiências entre os participantes e entre estes e as coordenadoras.

A definição do número de participantes e a configuração do grupo – que pode ser formado por bebês que ainda não andam e/ou crianças que já caminham e têm até 3

¹ Trabalho apresentado na III Jornada da Clínica 0 a 3 da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, em 18/03/2017.

² A rede [Ninguém Cresce Sozinho](#) tem como objetivo proporcionar espaços de informação, reflexão e experimentações lúdicas, individualmente ou em grupo, e oferecer suporte emocional a bebês e crianças, e a homens, mulheres e profissionais que se deparam com questões relacionadas aos primeiros anos de vida e ao processo de tornar-se pai e mãe, incluindo o período anterior à concepção ou adoção.

anos de idade, sempre acompanhados por pelo menos um adulto³ – variam conforme o tema e as atividades propostas. Os grupos que reúnem ou incluem os bebês voltam-se para a exploração sensorial de elementos que fazem parte da vida cotidiana: tecidos, potes, colheres, fitas de cetim, caixas de papelão, folhas de árvores, entre outros, de modo a ofertar experiências lúdicas através de “circuitos sensoriais que sirvam de tutores de desenvolvimento” (CYRULNIK, 1995 apud BOGÉA, 2010, p. 190). Tal exploração ocorre mais em nível individual do que coletivo, fazendo com que a grupalidade se estabeleça pela conversa, mediada pelas coordenadoras, que vai surgindo a partir das experimentações e associações dos participantes. Nos grupos formados por crianças que já andam prevalece a exploração coletiva de um mesmo elemento sob diferentes perspectivas sensoriais, de modo a valorizar os processos de transformação do mesmo. Por exemplo, na oficina de tintas de vegetais, cenoura e beterraba são apresentadas em sua forma natural, descascadas, em diferentes cortes, em polpa e, por último, em suco que se transforma em tinta que possibilita cada família participante fazer sua pintura em papel.

Salvo projetos específicos, as oficinas são abertas ao público e ocorrem em lugares diferentes dos tradicionais equipamentos de saúde ou daqueles destinados ao brincar, como no jardim da casa de uma das coordenadoras ou num espaço multifuncional.

Oficinas lúdicas: um dispositivo de cuidado na perinatalidade e na primeira infância

Suportadas pelo enquadre acima descrito, as oficinas lúdicas oferecem um olhar e escuta atentos às questões emocionais que emergem de forma explícita ou implícita, verbal ou não, ao longo do encontro. Embora a escuta seja a base de sustentação do trabalho, ela é um objetivo indireto, não declarado aos participantes, mas que vai sendo percebido, quase sempre de forma muito positiva, a partir de intervenções que acontecem através da fala ou no plano da ação, convidando os adultos a ocupar outras posições na relação com os filhos e, conseqüentemente, possibilitando a estes outros lugares na relação com seus pais. É bastante comum, por exemplo, uma mãe ou pai chegar na oficina com o intuito de que *o filho* brinque e no decorrer dela estar tão envolvido nas explorações quanto a criança, e ainda ter suas questões acolhidas,

³ Especificamente para esta reflexão adultos referem-se às mães e pais, embora nas oficinas lúdicas algumas crianças sejam acompanhadas por outros adultos de referência, como avós ou tios.

conforme coloca o pai de um bebê: “*Achei que eu traria meu filho para brincar e no fim percebo que foi muito bom para mim também. Pude brincar com ele e com coisas que eu nunca tinha imaginado brincar, e falar sobre coisas que eu não tinha pensado antes*”.

Pode-se dizer que o modelo de cuidado oferecido pelas oficinas lúdicas distancia-se do paradigma de cuidados que permeia muitas das intervenções na perinatalidade: o modelo médico. De acordo com Motta (2010), neste modelo o indivíduo ocupa uma posição de submissão e dependência de um saber prévio sobre si, de modo a operar, segundo Iaconelli (2015), numa lógica dessubjetivante que pode causar na relação da mãe/pai com seu bebê “uma situação de desautorização de seu saber como sujeito e de alienação de um saber instituído, que dita o que é melhor para eles e seus filhos” (p.93).

Sublinhamos que este modelo apontado por Motta e por Iaconelli é marcado por um saber que se apresenta como absoluto e que reside sempre no outro, seja ele a figura do médico/especialista, ou qualquer outra figura que ocupe esse lugar numa relação que, supostamente, deveria implicar em troca de saberes.

Outra característica predominante neste modelo é a compreensão orgânica e segmentada do corpo, desconsiderando outras visões do mesmo para além da anatomofisiologia, tal como a noção de corpo erógeno na psicanálise. Por mais que saibamos sobre a importância do corpo na perinatalidade, vemos que este modelo extrapola os cuidados oferecidos por especialidades como a obstetrícia e a pediatria; ele também está presente, por exemplo, desde os tradicionais cursos de preparação para o parto e cuidados em puericultura até as aulas de yoga ou pilates para gestantes e puérperas. Mesmo que de maneira menos evidente, ele também pode ser reconhecido em referências de criação dos filhos que vêm sendo difundidas, e por vezes impostas, como *a melhor*, como as “práticas parentais que visam o fortalecimento do vínculo entre a criança e seus pais através do corpo a corpo” (GRINFELD, 2015, p. 02).

Conforme observamos na clínica, quando um modelo de criação dos filhos não é imbuído de sentido por quem o adota porque ignora-se que o que se passa na relação pais-bebês é atravessado por questões inconscientes e singulares, corre-se o risco das construções e experimentações dos pais nas relações com seus filhos serem atropeladas, “desestimulando suas percepções ou mesmo desautorizando-os de suas funções” (BICUDO et al, 2016, p. 05).

Assim, considerando os atravessamentos de uma cultura que privilegia os cuidados corporais em detrimento da experiência, não nos parece coincidência que quando fazemos um convite direto para se falar sobre as vivências desse período, como acontece nas rodas de conversa propostas pela rede Ninguém Cresce Sozinho, a adesão é muito baixa. Por outro lado, a procura pelas oficinas lúdicas tem aumentado e o retorno de algumas famílias em seguidos encontros tem sido cada vez mais frequente. Nossa hipótese a este respeito é a de que, sendo a proposta lúdica o principal apelo dessas oficinas, os adultos são atraídos primeiramente pelo brincar. Porém, no decorrer do encontro, são surpreendidos pela possibilidade de também brincarem e falarem de si próprios no que tange a relação com seus filhos e, por vezes, com o cônjuge ou com os próprios pais. Isso parece tanto revelar e reforçar a potência do brincar na relação entre pais e filhos, quanto legitimar que as oficinas são um meio e não um fim em si; ou seja, elas não têm finalidade recreacional, mas focam na relação entre o bebê/criança e seus pais, de modo a privilegiar as impressões e considerações dos segundos em relação a si próprios na função parental e em relação aos primeiros.

Neste contexto, o caráter lúdico das oficinas adquire funções para além de um brincar despretensioso, vez que é ele o grande norteador das ações e intervenções das coordenadoras. Sabemos que o brincar, desde os jogos da tenra infância – sustentados na relação entre o bebê e seu adulto cuidador, exercendo função estruturante para os pequenos – até a conquista do brincar simbólico e posteriormente do jogo com regras, é favorecedor da constituição psíquica dos bebês e do desenvolvimento como um todo. Através das brincadeiras:

“fica evidente tanto o que vai bem no desenvolvimento de uma criança quanto o que é perturbador, de maneira que o brincar pode ser o fio condutor para se reconhecer o desenvolvimento saudável e também um excelente meio para se identificarem os sinais de sofrimento no bebê e na criança” (ALENCAR, 2011, p.47).

Dessa forma, para ampliar as possibilidades de expressão e comunicação dos bebês/crianças e dos pais através do brincar, nas oficinas lúdicas são oferecidas uma diversidade de materiais e/ou formas como eles são apresentados, permitindo aos participantes tanto experimentá-los fazendo uso dos cinco sentidos, como subvertê-los até onde a imaginação e fantasia os conduzir, de tal modo que um tecido pode se

transformar em cabana, um pincel culinário em vassoura ou uma bacia em instrumento musical.

Este setting tem se mostrado favorecedor da espontaneidade do adulto, geralmente mais difícil de ser alcançada do que a da criança. Espontaneidade para ele próprio brincar, tal como espontaneidade para interagir com o filho e falar de eventuais questões relativas à parentalidade e/ou ao desenvolvimento infantil.

Se de um lado a espontaneidade proporcionada pelo brincar favorece a interação dos pais com os filhos e a nomeação de algumas inquietações sobre esta relação, de outro, observamos que o efeito da grupalidade também pode contribuir para a construção da parentalidade, na medida em que ajuda na formação de uma rede social de suporte. Braga e Deslandes (2010) definem rede social de suporte como uma:

“trama de entrelaçamentos que não constituem necessariamente um grupo permanente. As pessoas aglomeram-se de maneira informal em redes de acordo com afinidades e interesses que podem ser temporários e a partir de escolhas pessoais, sem qualquer tributo às estruturas hierárquicas” (p.176).

Tecer uma rede social de suporte é fundamental na perinatalidade para o estabelecimento da função parental. Todavia, notamos, através de nosso trabalho e a partir do acompanhamento de redes sociais virtuais maternas, o quanto a rede de apoio na perinatalidade tem se mostrado fragilizada. O sentimento de solidão parece inundar mulheres e homens neste período de suas vidas, seja por estarem distantes dos núcleos familiares e amigos devido à migração ou outros fatores, seja por não se identificarem com o modo de educar os filhos transmitido pela tradição familiar. Além disso, é preciso considerar as características sociais dos grandes centros urbanos (por exemplo, a dificuldade de deslocamento na cidade ou de encontrar espontaneamente outras famílias com filhos pequenos em espaços de convivência como parques e praças) e os atravessamentos culturais sobre a parentalidade, tal como a pressão por se adotar um ou outro método de criação de filhos. Logo, parece-nos que tais características não apenas vêm enfraquecendo as redes de apoio, como também têm empobrecido as possibilidades de referenciais identificatórios, gerando angústias, prejudicando a assunção do novo papel de mãe e de pai e, conseqüentemente, trazendo dificuldades na constituição do vínculo parental com o(s) filho(s), o que eventualmente pode comprometer o desenvolvimento da criança.

A partir do exposto anteriormente, entendemos que a proposta de uma atividade em grupo já é em si uma intervenção. Nas oficinas lúdicas a grupalidade cria uma rede que se constitui pela identificação estabelecida entre mães e pais que têm filhos dentro de uma mesma faixa etária, e pelo consequente compartilhamento de vivências, dúvidas e angústias semelhantes, ou não!

Para promover a grupalidade, em algumas situações lançamos mão de manejos que tiram o foco de um participante ou situação em particular, como nos momentos em que uma brincadeira provoca em uma mãe ou pai o questionamento sobre o desenvolvimento do filho. Mesmo que a questão seja enfática e endereçada às coordenadoras da oficina, assumimos a postura de não responder a essa demanda a partir do lugar “de quem sabe”. Ao contrário, abrimos – através de perguntas como “Alguém mais já viveu algo parecido?” ou “Será que é sempre assim mesmo?” – espaço para a circulação da palavra e, portanto, para a troca entre os participantes.

Mediante o compartilhamento de experiências e sentidos, uma multiplicidade de referências são apresentadas àquele que trouxe o questionamento, ampliando para todos o leque de possibilidades ou abrindo brechas onde até então havia apenas certeza, como no caso de um casal parental que via seu filho como uma criança extremamente ansiosa, ao passo que o grupo a via, ao menos naquele encontro, como curiosa; ou de uma mãe que se sentia exausta por ter que “entreter” seu bebê, que ainda não andava, o tempo todo, mas que pôde se autorizar a relaxar um pouco quando pais de bebês que já caminhavam dividiram a vivência de que sentiam falta do período em que seus filhos ficavam quietos no berço permitindo-os ver televisão ou ler um livro.

Frente à percepção e constatação das diferentes formas de lidar com uma mesma ou similar situação na relação com a criança, a subjetividade e a história familiar de cada mãe e/ou pai podem se destacar. Quando isso acontece, a conduta é não aprofundar a questão no grupo, mas oferecer um acolhimento a posteriori (em geral no momento do lanche). Em casos específicos, é possível ajudar o adulto a formular uma demanda de avaliação ou mesmo análise, como ocorreu com um pai que trouxe seu filho em algumas oficinas e, a cada vez, conversava com uma das coordenadoras sobre sua preocupação em relação a alguns comportamentos do menino que, no seu entender, poderiam se enquadrar dentro do espectro autista. A pergunta que nos fica numa circunstância como esta é se, estando fora da oficina, esta demanda teria espaço para ser formulada ou demoraria mais tempo para acontecer?

Diante do panorama apresentado, podemos dizer que as oficinas lúdicas têm se apresentado como um recurso complementar na promoção da saúde na perinatalidade e na primeira infância. Através de dispositivos interventivos que nos diferenciam da lógica que opõe doença à saúde, sintoma à cura, abrimos espaço para ações que não apontam a patologia ou uma dificuldade, cristalizando a dupla/trio pais-bebê num lugar fixo, mas que convidam os participantes a se deslocar em direção ao novo, conforme coloca Motta (2010):

“Outro norteador da ética do cuidado refere-se ao saber que fundamenta qualquer ação de cuidado. Impõe-se que este saber possa ser um saber faltoso. Calcado no saber inconsciente, que é um saber insabido, um saber não-todo, o saber precisa dar margem a efeitos surpresivos, emergências de sujeito. Este saber, versus certezas absolutas e dogmas, promove que o cuidador acolha as manifestações subjetivas e refaça-a, a todo o momento” (p. 151).

O caráter surpresivo decorrente dos efeitos do brincar se dá espontaneamente pelos participantes ou a partir de pequenas intervenções da coordenação. Na primeira situação, podemos citar como exemplo uma mãe se surpreende ao ver seu filho comendo beterraba crua cortada em formato de treliça. A partir daí ela pôde se questionar sobre a maneira como até então vinha apresentando o alimento ao filho. Ou, de uma mãe que, ao ver seu bebê curioso e entretido com objetos simples do cotidiano, se dá conta de que quando ele se esconde atrás da cortina da sala, ele está brincando e mais, convocando-a a brincar.

Em relação à segunda situação, em que o caráter surpresivo decorre de pequenas intervenções da coordenação, gestos bem simples permitem com que pais e crianças possam experimentar novas posições na relação entre si e com o ambiente, sem que apontemos para algo que pode ser uma possível dificuldade ou uma mera “distração” – afinal, a oficina, num primeiro momento, geralmente é compreendida como lugar para *a criança* brincar. Em uma oficina, observamos a postura de uma mãe que, diante do movimento do filho em direção a um objeto, ela oferecia-lhe o peito. Ao invés de apontarmos para sua dificuldade em se separar do filho, optamos por sinalizar, como o bebê estava pedindo, para que ela o acompanhasse na exploração do ambiente. Em outra, uma das coordenadoras mostra a um menino que circulava pelo grupo, que um pedaço de beterraba em tamanho e formato semelhantes a um giz de cera deixava

marcas no papel. Encantado com o “giz”, ele pede à coordenadora que faça mais desenhos. O jeito de convocar a mãe, que estava à margem do grupo e sem interagir com o filho, foi entregando ao menino dois “gizes”, um para ele e outro para ela, para que juntos pudessem desenhar. A postura da mãe mudou por completo.

Intervenções da coordenação diretamente com a criança também acontecem, as quais acabam não apenas dando sentido para a criança, mas também servindo como espelho para o adulto de referência daquela criança. Numa oficina de massinha, todas as crianças brincavam de colocar bolinhas feitas com a massa em um cano de papel fixado com fita crepe na parede. Uma das crianças, que já havia se apossado em momento anterior de uma bacia coletiva com farinha, começa a arrancar as fitas que fixavam o cano à parede. Enquanto a mãe dizia “*Você, meu filho, sempre querendo destruir tudo*”, uma das coordenadoras se aproximou dele, entregou-lhe uma bolinha de massinha, mostrando que se ele tirasse a fita não seria mais possível brincar de “cadê a bolinha”. O menino destruidor aos olhos da mãe – e no início do encontro, também das coordenadoras – seguiu brincando tranquilo com as outras crianças.

Considerações finais

Brincadeira, diversão, espontaneidade, simplicidade, criatividade, interação, descoberta, novidade. Estas são as principais palavras que os adultos participantes das diferentes oficinas lúdicas deixam no fechamento de cada encontro. Palavras que, somadas às considerações aqui apresentadas, nos levam a compreensão de que as oficinas lúdicas se revelam como uma ferramenta que pode ser utilizada com o fim de romper e ampliar as lógicas que atravessam os modelos de cuidado na contemporaneidade, abrindo caminhos para novas formas de se abordar a perinatalidade e a parentalidade, favorecendo relações mais horizontais e menos dessubjetivantes. Afinal, pensando no lugar do outro na constituição psíquica de um bebê, como pode um ser (adulto) dessubjetivado subjetivar um outro (bebê)?

Referências bibliográficas

ALENCAR, R. “Brincando com bebês”. In: *Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos*. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011, p. 47-65.

BICUDO, S. et al. *Representações sociais da maternidade e função parental: das sociedades estáveis aos blogs maternos*. Trabalho apresentado no “IV Colóquio de Psicanálise com crianças: pensando a sexualidade da criança no século XXI”. São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, 26/08/2016.

BOGÉA, I. “Cuidando de quem cuida”. In: *Nascimento: antes de depois - cuidados em rede*. Zornig, S.M.A. e Aragão, R.O. (org.). Curitiba: Honoris Causa, 2010, p. 187-197.

BRAGA, N.A. e DESLANDES, S. “Redes sociais de suporte aos pais dos bebês formadas a partir da internação em UTI neonatal”. In: *Nascimento: antes de depois - cuidados em rede*. Zornig, S.M.A. e Aragão, R.O. (org.). Curitiba: Honoris Causa, 2010, p. 175-186.

GRINFELD, P.L.P. [*Quem se agarra a quem, a quê e para quê?*](#). Trabalho apresentado no “III Encontro Internacional e X Encontro Nacional sobre o Bebê”. Rio de Janeiro, ABEBÊ (Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê), 02/11/2015.

IACONELLI, V. *Mal estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Annablume, 2015.

MOTTA, S. “Ética do cuidado: formulações do Outro”. In: *Nascimento: antes de depois - cuidados em rede*. Zornig, S.M.A. e Aragão, R.O. (org.). Curitiba: Honoris Causa, 2010, p.147-162.